



Waldemir Borretto e Roque de Sá/Agência Senado



Eunício (C) conduz a votação da MP que criou o Ministério da Segurança, relatada por Dário (D), que recebe os cumprimentos do ministro Raul Jungmann

## Ministério da Segurança é aprovado no Plenário

Texto, que vai a sanção, prevê todos os órgãos federais de policiamento subordinados à nova pasta, que passa a ser permanente

O Plenário do Senado aprovou ontem a medida provisória que criou o Ministério da Segurança Pública. O texto original previa que a pasta seria temporária, mas o projeto de lei de conversão,

relatado por Dário Berger, tornou o ministério permanente.

O presidente da Casa, Eunício Oliveira, disse que a aprovação é importante para melhorar a segurança pública e garantir o direito

de ir e vir da população.

O novo ministério ficará responsável por todos os órgãos federais de policiamento e ainda pela organização e manutenção das polícias do Distrito Federal. **3**

### Vai à Câmara venda direta de etanol de usinas para postos

Os senadores aprovaram ontem, em Plenário, a proposta que autoriza a venda de etanol diretamente do produtor aos postos de combustíveis. O texto pretende aumentar a concorrência no mercado de combustíveis e, consequentemente, diminuir o preço final para o consumidor. O projeto segue para a Câmara. **3**

### Senadores analisam programação monetária **5**

### Colegiado aprova isenção de pedágio para caminhão **2**

Roque de Sá/Agência Senado



Relator do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias, senador Dalirio Beber

### Relatório preliminar de projeto da LDO é aprovado em comissão

A Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem o relatório preliminar do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019. Governo e oposição

chegaram a um acordo e a votação ocorreu sem pedidos de vistas. O presidente da comissão, deputado Mário Negromonte Jr., acatou apenas três emendas. **5**

### Imposto sobre refrigerante é criticado em audiência

Senadores do Amazonas criticaram decreto do presidente Michel Temer que alterou a alíquota do Imposto sobre

Produtos Industrializados para extratos usados na produção de refrigerantes. O assunto foi tema de audiência ontem na

Comissão de Constituição e Justiça. Dois projetos que visam derrubar o decreto presidencial também foram debatidos. **7**



Participam do debate Vanessa Grazziotin, Braga, Ana Amélia, Medeiros, Caiado (à frente), Omar Aziz e Ferraço (atrás)

### Debate pede que IBGE conte pessoas com nanismo

Participantes de audiência na Comissão de Direitos Humanos pediram a inclusão de pessoas com nanismo nas

estatísticas do IBGE. Calcula-se que, no mundo, essa deficiência atinja mais de 250 mil pessoas, mas no Brasil o

número é desconhecido. Os debatedores também pediram apoio para o lançamento de uma cartilha inclusiva. **8**



Paulo Paim (4º à esq.) comanda o debate na Comissão de Direitos Humanos sobre inclusão de pessoas com nanismo

### Deficit fiscal é grave e país precisa de mais ajuste, conclui seminário

Em seminário promovido ontem pela Instituição Fiscal Independente, economistas disseram que o déficit estrutural das contas públicas no Brasil é preocupante. Segundo

eles, o próximo governo terá que aprofundar o ajuste fiscal. Para o diretor da instituição, Felipe Salto, o Brasil precisa de um ajuste da ordem de 5% do produto interno bruto. **4**

### Mariana Ribas da Silva é confirmada para a Ancine **8**

### China, Bélgica e Peru têm novos embaixadores **3**

Gerardo Magaña/Agência Senado

Edilson Rodrigues/Agência Senado

# Avança isenção de pedágio para caminhão sem carga

A medida provisória faz parte do pacote negociado pelo governo com os caminhoneiros para pôr fim à greve ocorrida em maio. O texto ainda terá de ser analisado pelos Plenários da Câmara e do Senado

A comissão mista que analisa a medida provisória sobre a isenção de pedágio para eixos suspensos de caminhões vazios aprovou ontem o relatório do senador José Agripino (DEM-RN). A MP 833/2018 faz parte do pacote negociado pelo governo com os caminhoneiros para pôr fim à greve nacional ocorrida em maio. O texto ainda terá de ser analisado pelos Plenários da Câmara e do Senado.

A MP alterou o Estatuto do Caminhoneiro para estender às rodovias estaduais, distritais e municipais, inclusive as concedidas, a dispensa de pagamento de pedágio do eixo suspenso de caminhões. Antes, a lei já previa a isenção, mas órgãos estaduais acabavam cobrando pedágio, com a interpretação de que a regra só era válida para rodovias federais.

O argumento técnico usado pelo governo é de que a lógica da política tarifária nacional busca proporcionalidade entre o valor cobrado e o desgaste gerado pelos veículos na via. No caso de veículos vazios, não há desgaste causado pelos eixos suspensos, o que torna razoável, segundo o governo, a reivindicação.

O texto também estabelece que os órgãos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios definirão



Deputado Sandro Alex, presidente, e senador José Agripino, relator

as medidas técnicas e operacionais para a implementação da isenção. Enquanto isso não ocorrer, ela será aplicada somente sobre os eixos que forem mantidos suspensos no momento em que o veículo passar pelas praças de pedágio, desde que esteja vazio.

Segundo a medida, o caminhoneiro que circular com os eixos indevidamente suspensos pode receber multa de natureza grave.

## Mudança

O texto passará a tramitar como projeto de lei de conversão, já que foi alterado na comissão mista. O relator acolheu parcialmente a mudança sugerida pelo senador Lasier Martins (PSD-RS). O novo texto prevê que o aumento

do valor do pedágio para os usuários para compensar a isenção aos caminhoneiros só será adotado após esgotadas todas as outras possibilidades de reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

A intenção, explicou o relator, é evitar o aumento no valor do pedágio para os demais usuários das rodovias, como ocorreu após a Lei dos Caminhoneiros, em 2015. Segundo Agripino, houve elevação média de 14% nos valores dos pedágios depois que a lei entrou em vigor.

— É possível discutir entre as partes, o poder concedente e o poder concedido, a diminuição do valor de outorga, o aumento no prazo de concessão. Tudo isso são vantagens que podem ser oferecidas.

# Subsídio ao diesel será debatido em três audiências

A comissão mista que analisa a medida provisória que concede subsídio de parte dos custos do óleo diesel aprovou ontem o plano de trabalho do colegiado. Apresentado pelo relator, deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP), o plano prevê a realização de três audiências públicas para discussão da MP. Na reunião, também foi eleito o presidente do colegiado, senador Dário Berger (MDB-SC).

O primeiro debate sobre a MP 838/2018 será destinado a ouvir representantes dos Ministérios da Fazenda e de Minas e Energia, da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e da Petrobras. Já a segunda

audiência pública ouvirá especialistas no setor para a discussão da política nacional de preços dos combustíveis.

Representantes dos caminhoneiros, das distribuidoras de combustíveis e dos postos serão ouvidos no terceiro debate. Segundo o relator, as duas primeiras audiências em que serão ouvidos governo e especialistas estão previstas para ocorrer em 4 de julho às 11h e às 15h, respectivamente.

## Acordo

A MP 838/2018 faz parte do acordo do governo com os caminhoneiros e tem como finalidade a redução do preço

do combustível na refinaria, com efeito sobre o valor final do litro do diesel nos postos. Para tal, é concedida aos produtores e importadores uma subvenção econômica de R\$ 0,30 por litro até 31 de dezembro deste ano.

Segundo a MP, o gasto com o subsídio ficará limitado este ano a R\$ 9,5 bilhões. Caso o valor seja atingido antes do final de dezembro, será publicado um termo de encerramento da subvenção prevista. Para ter direito ao custeio, os interessados deverão se habilitar na ANP para obter as informações relativas à comercialização e à importação de óleo diesel.



Deputado Arnaldo Jardim, relator, senador Dário Berger, presidente, e deputado Leonardo Quintão, vice-presidente

# Lei regulamenta situação de servidores dos ex-territórios

Foi sancionada a Lei 13.681, que regulamenta a inclusão de servidores de ex-territórios nos quadros da União. O presidente da República, no entanto, vetou quatro trechos, um deles transferia várias categorias de servidores.

O texto é decorrente do Projeto de Lei de Conversão 7/2018, fruto da Medida Provisória (MP) 817/2018, aprovado pelo Senado no dia 28.

A nova lei disciplina a transposição aos quadros em extinção da União de servidores, empregados e pessoas cujo vínculo com os ex-territórios possa ser comprovado.

O texto regulamenta as Emendas Constitucionais 19, 60 e 98 e incorpora o texto de outras leis, revogadas pela MP. São beneficiados servidores ativos ou não dos estados do Amapá, Rondônia e Roraima. Todos os que satisfizerem os requisitos de enquadramento detalhados no projeto e optarem pela inclusão farão parte de um quadro em extinção, cujas vagas terão fim após sua aposentadoria. Esses servidores e empregados poderão ser cedidos pelo governo federal aos governos estaduais e municipais dos ex-territórios.

Depois de consultar os Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Michel Temer vetou a transposição das seguintes categorias: policiais

militares e servidores alcançados pelo artigo 36 da Lei Complementar 41/1981, ou que tenham sido admitidos nos quadros de Rondônia até a data de posse do primeiro governador eleito, em 1987. Também ficaram de fora os servidores da Secretaria de Segurança Pública do Amapá que ingressaram por conta do Decreto 1.266/1993, além de servidores dos três ex-territórios que compunham os quadros do tribunal de Justiça, do Ministério Público, do tribunal de contas, da assembleia legislativa ou das câmara de vereadores.

De acordo com Temer na razão para os vetos, os dispositivos vetados poderiam aumentar o rol de servidores “em quantitativo desconhecido”, onerando o Tesouro Nacional sem previsão na lei de orçamento. “Ademais, importam ampliação do alcance do texto Constitucional, ao incluir empresas públicas e sociedades de economia mista sem previsão constitucional”, alega.

Até 1988, os antigos territórios federais do Amapá, Rondônia e Roraima eram administrados diretamente pelo governo federal. Com a Constituição de 1988, os territórios foram extintos e os antigos servidores civis e militares foram incorporados aos novos estados e municípios, em um processo que criou inúmeros conflitos.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CAS Uso terapêutico da maconha**  
9h Audiência sobre o PLS 514/2017, que descriminaliza o cultivo da maconha para uso pessoal terapêutico.
- CCT Serviços de telecomunicações**  
9h Entre 12 itens, o PLS 662/2011, que visa facilitar comparação entre serviços de telecomunicações.
- CDH Serviço público e estatais**  
9h Audiência sobre serviço público e estatais.
- CDR Efeitos do pré-sal no Nordeste**  
9h Audiência sobre royalties do pré-sal e o empobrecimento do Nordeste. Após, pauta com 8 itens.
- MP 827/2018 Agentes de saúde**  
9h Análise do relatório.
- CCJ IPI de insumos para refrigerantes**  
10h Na pauta de 23 itens, os PDSs 57 e 59 de 2018, que sustentam decreto que alterou Imposto sobre Produtos Industrializados sobre insumo para fabricação de refrigerantes de empresas instaladas na Zona Franca de Manaus.

- CRE Rússia e Suíça**  
10h Sabatina de dois diplomatas.
- CTFC Exploração sexual**  
11h Entre 4 itens, o PLS 374/2012, que destina recursos do Fundo Penitenciário para vítimas de exploração sexual.
- CSF Emendas à LDO 2019**  
11h30 Emendas da comissão ao PLDO.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**  
13h Na pauta, o PLS 511/2017, sobre a jornada de trabalho de psicólogos.
- CDH Brinquedos adaptados**  
14h O PLS 382/2011, que obriga cota de brinquedos para crianças com deficiência em shoppings, é um dos 24 itens.
- CMO LDO 2019**  
14h Reunião sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Às 14h30, nova reunião.
- CMCVM Violência obstétrica**  
14h30 Debate sobre violência obstétrica.
- CMMC Agricultura de baixo carbono**  
14h30 Audiência sobre o Plano ABC.
- MP 832/2018 Transporte de cargas**  
14h30 Requerimentos.

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



Plenário, na votação da MP que criou o Ministério da Segurança Pública. Pasta vai integrar ações da área no país

# Senado aprova criação do Ministério da Segurança

Texto, que vai à sanção, determina que todos os órgãos federais de policiamento fiquem sob jurisdição da nova pasta, que também será responsável por organizar e manter polícias do DF

A CRIAÇÃO DO Ministério Extraordinário da Segurança Pública foi aprovada ontem em Plenário e será encaminhada à sanção presidencial.

O Projeto de Lei de Conversão (PLV) 16/2018 foi apresentado pelo senador Dário Berger (MDB-SC) à Medida Provisória 821/2018.

De acordo com o texto, todos os órgãos federais de policiamento ficarão sob a jurisdição do novo ministério, criado a partir da divisão da pasta da Justiça: Polícias Federal, Rodoviária Federal e Ferroviária Federal.

A organização e a manutenção das polícias do Distrito Federal também ficarão com a nova pasta, à qual caberá ainda a defesa dos bens da União, a função de ouvidoria das polícias federais e a política de organização e fiscalização das guardas portuárias.

## Permanente

O novo ministério, que na redação original da MP era de natureza temporária, passa a ser permanente e deverá articular-se também com os órgãos e as entidades de coordenação e supervisão das atividades de segurança pública. Poderá ainda propor a esses órgãos planos e programas integrados de segurança pública, desenvolvendo uma estratégia comum por meio de gestão e integração tecnológica para troca de informações.

Caberá ao ministério coordenar a integração com Distrito Federal, estados e municípios nessa área, além de planejar e administrar a política penitenciária nacional. Também está prevista a criação do Instituto Nacional de Estudos sobre Segurança Pública (Inesp), com natureza jurídica de fundação pública. Na votação da MP na Câmara, acordo entre os partidos retirou do texto o dispositivo que

previa a criação do novo instituto a partir do desmembramento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse que a aprovação é importante para melhorar a segurança pública e garantir o direito de ir e vir da população.

— Na abertura do ano legislativo, tomamos aqui iniciativas importantes na área de microeconomia e de segurança pública. Aprovamos o Sistema Único de Segurança Pública e hoje estamos aprovando medida de extrema importância que é a criação do Ministério da Segurança Pública, que vai unificar vários órgãos em torno da pasta para que a gente possa melhorar a segurança pública no Brasil.

A aprovação da proposta também foi saudada pelo senador Humberto Costa (PT-PE). Ele ressaltou, porém, que a falta de recursos prejudica a área da segurança pública.

— Nossa preocupação diz respeito ao financiamento. De pouco adianta a gente criar ministério em uma área em que, sem dúvida, o grande nó hoje é a falta de recursos.

## Requisição

Para a criação dos cargos de ministro e de secretário-executivo da nova pasta foram extintos 19 cargos em comissão DAS-1. Até 1º de agosto de 2019, a requisição de servidores para o ministério não poderá ser recusada, a exemplo do que ocorre com as requisições feitas pela Presidência da República.

A estrutura do órgão contará com 157 cargos do inventário da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA), que eram temporários e serão convertidos em permanentes. Serão 56 cargos DAS-1, 36 cargos DAS-2, 30 DAS-3, 25 DAS-4, 9 DAS-5 e 1 DAS-6.

Outra novidade no projeto acatado em Plenário, que manteve o texto aprovado na Câmara, é a permissão para que o ministro da Segurança Pública, após entendimento com o ministro da Defesa, solicite ao presidente da República o uso de militares das Forças Armadas.

## Cessão

O texto também define as regras para a cessão de policiais e bombeiros militares do Distrito Federal e policiais civis do DF para exercício em órgãos do governo do Distrito Federal ou da União. Os militares poderão ser cedidos somente após cinco anos de efetivo serviço na corporação, e o total de cessões será limitado a 5% do efetivo.

Se o servidor for cedido a órgãos como a Presidência da República, aos ministérios da Justiça ou Segurança Nacional ou ao governo do Distrito Federal, a medida será considerada de interesse policial militar, resguardando todos os direitos e vantagens da carreira.

O ônus do pagamento da remuneração ficará com a corporação que ceder o profissional, se for para órgão da União, para o Tribunal de Justiça do DF ou para determinados órgãos do governo distrital, como Justiça Militar, Casa Militar, Defesa Civil, Secretaria de Segurança e vice-governadoria.

Os órgãos para os quais os policiais civis poderão ser cedidos são semelhantes aos dos policiais militares, exceto aqueles relacionados à área militar. Igualmente são resguardados os direitos e vantagens em cessões para determinados órgãos federais e distritais, e a cessão somente poderá ocorrer depois do estágio probatório de três anos.

Com Agência Câmara

## Venda direta de etanol de usinas para postos segue para a Câmara

Os senadores aprovaram ontem, em Plenário, a proposta que autoriza a venda de etanol diretamente do produtor aos postos de combustíveis. Foram 47 votos a favor e apenas dois contra. De Otto Alencar (PSD-BA), o projeto de decreto legislativo pretende aumentar a concorrência no mercado de combustíveis e, consequentemente, diminuir o preço final para o consumidor. O PDS 61/2018 segue para a Câmara.

O projeto susta um artigo da Resolução 43, de 2009, da Agência Nacional do Petróleo (ANP), que determina que um fornecedor, produtor de etanol, só pode comercializar o produto com outro cadastrado na ANP, com um distribuidor autorizado pela agência ou com o mercado externo.

Entretanto, conforme explicou a líder do MDB, Simone Tebet (MDB-MS), a resolução está de acordo com a legislação vigente e, assim, a melhor saída seria o Congresso alterar a legislação por meio de um projeto de lei e não apenas sustar o decreto. Mesmo assim, a senadora disse apoiar o objetivo principal da proposta.

A questão dividiu os senadores: uns querendo a votação imediata do PDS e outros pedindo a ampliação do debate.

Otto disse que seu projeto trata do álcool hidratado, que é vendido nas bombas de combustível para automóveis, e não do álcool anidro, usado para ser misturado na gasolina. Ele afirmou que esse mercado está cartelizado e oligopolizado, o que aumenta o preço ao consumidor. Ele acrescentou que os produtores não serão obrigados a vender diretamente, mas terão mais essa possibilidade.

— O projeto não vai fazer

com que nenhuma produtora de etanol credenciada pela ANP deixe de distribuir. O que a proposta faz é dar oportunidade para que surjam outras distribuidoras em igualdade de condição, inclusive no Nordeste, aumentar a competitividade e baixar o preço do álcool hidratado, que hoje sai a R\$ 1,57 da usina e é vendido a R\$ 3,50 na bomba, porque há um oligopólio das distribuidoras credenciadas pela ANP que precisa ser quebrado.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentou parecer favorável ao projeto, argumentando que a resolução da ANP exorbitou os poderes da agência reguladora.

— O decreto legislativo vai retirar obstáculos para que as usinas sucroalcooleiras comercializem o álcool hidratado diretamente com os postos de combustível. Isso fortalece a defesa do consumidor.

Para Humberto Costa (PT-PE), a intermediação para distribuir o álcool é desnecessária em muitos casos. O senador afirmou que não haverá perdas arrecadatórias para estados e municípios e que a ANP continuará fiscalizando a qualidade dos combustíveis em todo o país.

Kátia Abreu (PDT-TO) disse que a atual proibição é uma “excrecência protecionista e corporativista”. Para Renan Calheiros (MDB-AL), a proibição de comercialização direta é uma reserva de mercado que estimula o oligopólio.

— As distribuidoras hoje são apenas atravessadoras. É um privilégio absurdo — disse.

Para Jorge Viana (PT-AC), a aprovação vai beneficiar principalmente estados do Norte e Nordeste, onde a logística de transportes é mais complexa.

## Escolhidos novos embaixadores para China, Bélgica e Peru

O Plenário do Senado aprovou ontem as indicações de três diplomatas para embaixadas brasileiras no exterior. Paulo Estivallet de Mesquita vai para a China, cumulativamente com a Mongólia. Bélgica e Luxemburgo serão chefiados por Haroldo de Macedo Ribeiro. Rodrigo de Lima Baena Soares vai para a embaixada no Peru.

Estivallet foi sabatinado na semana passada na Comissão de Relações Exteriores (CRE) e observou que, apesar do regime autoritário, os chineses têm tido mais liberdade. Ele ocupa o cargo de secretário-geral da América Latina e do Caribe no Ministério das Relações Exteriores.

Também sabatinado na semana passada, Haroldo Ribeiro destacou que as empresas brasileiras exportam hoje mais para a Bélgica do que para Inglaterra, Rússia ou França, num montante que chegou a pouco mais de US\$ 3,17 bilhões no ano passado. O superavit comercial brasileiro com os belgas gira em torno de US\$ 1,5 bilhão por ano.

Baena Soares foi sabatinado em maio. Ele ressaltou os laços socioeconômicos que unem Brasil e Peru. Hoje 86% dos produtos exportados pelo Brasil ao país vizinho são manufaturados ou semimanufaturados, com superavit de US\$ 600 milhões por ano para o Brasil desde 2015.

# País precisará aprofundar ajuste fiscal, aponta debate

Para tirar as contas públicas do vermelho, será necessário reduzir despesas e aumentar receitas no equivalente a 5% do PIB, defenderam participantes de seminário da Instituição Fiscal Independente

O DEFICIT ESTRUTURAL das contas públicas no Brasil é preocupante e o próximo governo terá que aprofundar o ajuste fiscal. Essa foi a conclusão do seminário Cenários Fiscais: desafios e dificuldades para superá-los, promovido ontem pela Instituição Fiscal Independente (IFI).

O diretor da IFI, Felipe Salto, aponta que o Brasil necessita de um ajuste fiscal da ordem de 5% do produto interno bruto (PIB), projeção coincidente com a de outros participantes do seminário. Devido ao buraco nas contas, Salto adverte que o próximo governo tem grandes possibilidades de descumprir tanto o teto dos gastos públicos (a Emenda Constitucional 95) quanto a chamada “regra de ouro” já a partir do ano que vem. A regra de ouro proíbe que o governo se endivida para financiar gastos correntes.

— Para que as contas públicas saiam do vermelho e retomemos um superávit daqui a cinco ou seis anos, é preciso uma combinação de redução nas despesas e aumento das receitas próximo a 5% do PIB. Isso é muita coisa. As despesas discricionárias terão que continuar sendo espremidas, mas a solvência da máquina estatal só será possível caso as reformas avancem sobre as despesas obrigatórias.

O especialista em contas públicas Leonardo Ribeiro estimou que o rombo calculado para que a União se encaixe na “regra de ouro” em 2019 chega a R\$ 360 bilhões — R\$ 100 bilhões a mais do que o



No Auditório do Interlegis, participantes debatem perspectivas fiscais

valor divulgado pelo governo. O secretário de Orçamento do Ministério do Planejamento, George Soares, chamou a atenção para a Previdência Social, que, segundo ele, está diretamente ligada à explosão do deficit nas contas públicas nos últimos anos.

— O gasto com pessoal ativo caiu, e é compatível com as práticas mundiais. O mesmo se deu com os gastos discricionários. O problema é a expansão das despesas obrigatórias, e nessa seara está a Previdência, que comparo a uma boca de jacaré que não para de se abrir.

## Dívida pública

Além da reforma da Previdência, outras medidas terão que ser adotadas para que o endividamento público não fuja do controle, disseram debatedores. Entre elas, está rever renúncias fiscais, que, segundo o Tribunal de Contas da União, desfalcam as contas públicas em R\$ 283 bilhões ao ano.

Salto e outros participantes do debate, como o jornalista Rolf Kuntz, do jornal *O Estado de S. Paulo*, afirmaram que a

dívida pública “está no limite”, com tendência de crescimento de 0,5% ao mês. Há 5 anos, ela equivalia a 50% do PIB. Hoje gira em torno de 75%, segundo os critérios do governo, ou até 86%, se forem consideradas metodologias internacionais. Um índice muito superior ao verificado pelas nações emergentes, em torno de 50% do PIB, disse o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida.

Ele defendeu que o próximo governo aumente a tributação sobre os mais ricos e disse que o Brasil virou “caso único no mundo”, em que o Imposto de Renda alivia os ricos em detrimento da classe média.

Por fim, houve consenso dos participantes para que o país flexibilize a execução orçamentária, pois a situação atual é de “camisa-de-força”, segundo o ministro do Planejamento, Esteves Colnago.

Também participaram do seminário, entre outros, Antonio Nucifora, representando o Banco Mundial; Josué Pellegrini, da IFI; Gustavo Lino, da Casa Civil; e o professor da FGV Fernando Rezende.

# Plenário mantém tramitação de projeto sobre combate ao fumo

O Plenário rejeitou o envio de projeto que amplia as medidas de combate ao fumo à Comissão de Agricultura (CRA). A proposta (PLS 769/2015) está na Comissão de Transparência (CTFC) e ainda passará pela de Assuntos Sociais (CAS) e pela de Constituição e Justiça (CCJ).

Os requerimentos para envio à Comissão de Agricultura foram apresentados pelo presidente da CRA, Ivo Cassol (PP-RO), que está licenciado, e por Ana Amélia (PP-RS). O projeto agora será devolvido para a CTFC, onde o relator é Cristovam Buarque (PPS-DF).

Segundo Ana Amélia, o texto tem repercussão social e no nível do emprego. Ela informou que, no Brasil, há 566 municípios que produzem tabaco para exportação.

— Estou tratando do emprego de milhares de pequenos produtores. Não estou defendendo os interesses das indústrias de cigarro — disse.

Autor do projeto, José Serra

(PSDB-SP) disse que o Senado vem “dando voltas” desde 2015, quando o projeto foi apresentado, com medidas protelatórias que atrasam a votação. Para o senador, votar a favor dos requerimentos seria votar contra o combate ao tabagismo.

Humberto Costa (PT-PE) classificou o projeto como brilhante.

— A questão da saúde se sobrepõe a qualquer outra.

O projeto proíbe qualquer forma de propaganda, publicidade, promoção ou patrocínio de produtos fumígenos também nos locais de venda. Obriga, ainda, que as embalagens dos cigarros sejam padronizadas, mantendo as advertências quanto aos riscos e prejuízos do fumo. O texto proíbe o uso de substâncias que possam realçar sabor ou aroma de produtos fumígenos. E prevê punição ao motorista que fumar em veículo que esteja transportando menores de 18 anos.

**HÁ 30 ANOS**

**Constituintes aprovam anistia para servidores públicos civis**

**S**ervidores públicos civis e funcionários de empresas estatais punidos por greve comemoraram a anistia que lhes permitia ocupar cargos perdidos, relatava o *Jornal da Constituinte* em 20 de junho de 1988. A anistia foi aprovada no Ato das Disposições Transitórias. Os parlamentares também votaram a favor da realização, em novembro daquele ano, de eleições para prefeito e vereador no país, vencendo a corrente que defendia prorrogação de mandatos.

Veja esta edição do *Jornal da Constituinte*: <http://bit.ly/JornalConstituinte52>

# Vanessa considera machista vídeo de brasileiros na Rússia

A procuradora da Mulher no Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), anunciou que o órgão estuda adotar um procedimento legal para punir os torcedores brasileiros que “degradaram a imagem de uma estrangeira” durante a Copa da Rússia.

No domingo, o grupo cercou e entoou “expressões de conteúdo misógino e pornográfico com ofensas ao corpo da mulher”, disse a senadora. Um vídeo que constrange a estrangeira foi postado na internet na mesma noite.

Vanessa leu uma nota de repúdio em que afirma que “esse grupo de torcedores envergonha o nosso país”.

— Eles se aproveitaram do fato de a mulher não com-

prender nosso idioma para humilhá-la e ridicularizá-la. Postado na internet, multiplica a gravidade da cena, mostra em poucos segundos por que as brasileiras têm razão em lutar contra o machismo, em uma realidade de estupros e feminicídios.



Vanessa lê nota de repúdio a atitude de torcedores na Copa

# Para Cristovam, candidatos ignoram os anseios do povo

Para Cristovam Buarque (PPS-DF), há o risco de o eleitorado brasileiro só depositar nas urnas em outubro sua raiva pela situação atual, e não sua esperança em um país melhor. O senador citou as mensagens da população que a Rede Globo transmite. Ele ressaltou que os desejos são de um país mais justo, menos corrupto e com educação e saúde de qualidade. Porém, disse, nenhum dos 15 pré-candidatos à Presidência apresenta propostas claras sobre como concretizar isso.

— A campanha em marcha não parece estar sintonizada com as aspirações do povo.



Roque de Sá/Agência Senado

# Ferraço lamenta morte do ex-ministro Eliezer Batista

A trajetória do ex-ministro de Minas e Energia (do governo de João Goulart) Eliezer Batista, falecido aos 94 anos na segunda-feira, foi destacada por Ricardo Ferraço (PSDB-ES). O senador ressaltou a atuação do engenheiro como presidente da Vale e como idealizador do Projeto Carajás, complexo de extração mineral no norte do país.

— Eliezer Batista transformou uma modesta e tímida mineradora, que na década de 60 exportava 1,5 milhão de toneladas de minério de ferro, numa companhia que hoje exporta 300 milhões de toneladas e processa parte relevante desse minério em alianças com indústrias.

# Viana pede à Anatel melhoria do sinal telefônico no Acre

Jorge Viana (PT-AC) anunciou que vai apresentar um requerimento à Anatel pedindo ação imediata para melhorar o sinal telefônico na área da Rodovia Transacrea, uma demanda da população da região.

O senador manifestou preocupação pela situação de violência no município de Cruzeiro do Sul (AC) e apontou a necessidade de apoio federal na área de fronteira, inclusive com o emprego das Forças Armadas. Ele também lamentou um apagão na telefonia e na internet ocorrido na segunda-feira na cidade.



Voldeir/Bonetto/Agência Senado

# Comissão de Orçamento aprova relatório preliminar da LDO 2019

Pelo novo calendário, prazo para apresentação de emendas termina dia 26 e votação do texto na CMO deve ocorrer no dia 10 de julho

O RELATÓRIO PRELIMINAR do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2019 foi aprovado por unanimidade pelos deputados e senadores da Comissão Mista de Orçamento (CMO). Os parlamentares retomaram ontem a reunião da semana passada, que tinha sido suspensa por falta de acordo. Governo e oposição chegaram a um acordo e a votação ocorreu sem pedidos de vistas. O presidente da CMO, deputado Mário Negromonte Jr. (PP-BR), acatou apenas três emendas.

Aprovada a proposta, o relator da LDO, senador Dalírio Beber (PSDB-SC), anunciou o novo calendário do trâmite do texto. O novo prazo para apresentação de emendas é 26 de junho. No dia 28, as emendas serão publicadas. O relatório será publicado no dia 5 de julho. E a votação pela CMO será em 10 de julho, disse Dalírio.

Negromonte afirmou que informaria o presidente do Senado, senador Eunício Oliveira, sobre os novos prazos para o Congresso:



Dalírio (E) na reunião com Negromonte e o relator-geral do projeto de Lei Orçamentária Anual, Waldemir Moka (D)

— A LDO estará no Plenário da Câmara dos Deputados no dia 11 de julho. Sendo aprovada, seguirá para o Senado.

Dalírio informou o número de emendas que poderão ser apresentadas à LDO:

— Até três emendas por bancada estadual, até duas emendas por comissão e até três emendas por congressista. Além disso, a aprovação de emenda que aumente ou crie nova meta implica em determinar a fonte. A apresentação de emendas que cancelem um programa, criem ou su-

plementem outro é livre, sem limitação de número.

Líder da oposição na CMO, o deputado Afonso Florence (PT-BR) frisou a necessidade de se respeitar a “regra de ouro”, que proíbe gastos superiores à arrecadação e o uso de empréstimos para pagar salários. Ele explicou que, apesar das dúvidas sobre a constitucionalidade do texto preliminar aprovado, a oposição decidiu parar de obstruir:

— Mesmo aprovando o texto preliminar, há inconstitucionalidades. Estamos

levantando a obstrução, para que se chegue a um ponto de respeito à lei.

Negromonte informou aos parlamentares que convidaria Rose de Freitas (Pode-ES) para comparecer a uma reunião da comissão hoje. A senadora foi a relatora da MP 825/2018, que criou crédito de R\$ 1,2 bilhão para custear a intervenção na segurança do Rio de Janeiro.

O convite atende solicitação de alguns deputados, que querem ouvir a senadora sobre os motivos que a levaram a apresentar relatório favorável à MP.

## Humberto critica transferência de áreas do pré-sal

Humberto Costa (PT-PE) criticou o projeto que autoriza a Petrobras a transferir a outras empresas áreas estratégicas do pré-sal (PL 8.939/2017). Segundo o senador, a medida é danosa e provocará prejuízos à estatal, reduzindo investimentos e transferência de royalties a estados e municípios.

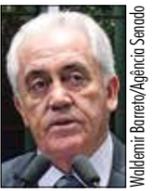
— Não podemos aceitar que isso ocorra. Estaremos, na verdade, permitindo que se cometa um ato de corrupção maior do que qualquer dessas operações que foram feitas pela Polícia Federal, pelo Ministério Público e pela Justiça.



Waldemir Borretto/Agência Senado

## Otto defende venda de etanol da usina para postos

Otto Alencar (PSD-BR) denunciou que foi pressionado por representantes de distribuidoras de etanol para retirar de pauta projeto de sua autoria que permite a venda de etanol hidratado diretamente das usinas produtoras para os postos de combustíveis. O PDS 61/2018 foi aprovado ontem em Plenário. Ele explicou que a proposta aumentará a concorrência e representará a redução no valor do etanol. Hoje, disse o senador, os motoristas pagam entre R\$ 3,30 a R\$ 3,57 pelo litro do etanol, que sai das usinas a R\$ 1,57.



Waldemir Borretto/Agência Senado

## Programação monetária para o segundo semestre vai a Plenário

A programação monetária do governo para o segundo trimestre de 2018 foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Os senadores votaram favoravelmente ao relatório de Rodrigues Palma (PR-MT), que acatou a mensagem encaminhada pelo Poder Executivo. O projeto de decreto legislativo será agora analisado pelo Plenário.

Segundo o relator, a programação enviada pelo Banco Central (MSF 14/2018) “mos-



Senadores da Comissão de Assuntos Econômicos aprovam programação

tra projeções tecnicamente consistentes” e traz expansão

monetária compatível com a inflação esperada, cuja espec-

tativa de mercado está abaixo da meta central de 4,5% para o ano.

Com a adoção do Plano Real, o Congresso passou a participar de forma mais ativa na definição de parâmetros e metas relativos à evolução da oferta de moeda e crédito na economia. Com isso, as autoridades monetárias têm o dever de encaminhar ao Senado a programação monetária para cada trimestre do ano civil. Essa obrigação está prevista na Lei 9.069, de 1995.

## Avança projeto que estende prazo para contratos de terceirização

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem um projeto que aumenta o tempo limite para os contratos de prestação de serviços entre empresas — a terceirização. O PLC 195/2015 segue para análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Hoje o Código Civil prevê que o contrato de prestação de serviços não pode ter duração superior a quatro anos. Após esse prazo, o contrato é encerrado, ainda que seja para a execução de uma obra, por exemplo. Nesse caso, mesmo que a obra não esteja concluída, o contrato termina quando o limite de tempo é atingido.

O projeto altera o código, prevendo que o contrato exceda esse tempo, se for firmado entre empresas. Nesse caso, não haverá limite de duração.

De acordo com o autor do projeto, deputado Betinho Gomes (PSDB-PE), a limitação temporal atual é inspirada no Código Civil Português de 1867, quando o contratado para prestar serviços era geralmente pessoa física. A intenção era evitar a servidão humana, preocupação que não se justificaria atualmente.

Para o relator, senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), os contratos de longo prazo são benéficos para a economia, já

que trazem segurança jurídica e estimulam o investimento, tanto físico como em capital humano. Ele ressaltou que o texto mantém o limite temporal para pessoas físicas.

O senador frisou ainda que a lei não obrigará, somente permitirá que sejam firmados contratos de longo prazo.

Nos setores ou situações onde contratos de menor prazo atendem melhor as demandas de ambos os lados, eles poderão continuar sendo celebrados.

O relatório aprovado recomenda a rejeição de outros quatro projetos analisados em conjunto com o PLC 195/2015,

que também tratam de terceirização (PLSs 87/2010, 447/2011 e 339/2016 e PLC 30/2015). Para Ferraço, eles perderam o objeto, porque tratam de mudanças já feitas pelo Congresso em 2017, com a Lei da Terceirização e a reforma trabalhista.



Para Ferraço, contratos de longo prazo são benéficos à economia

## Rudson pede recuperação de empresa em RR

Rudson Leite (PV-RR) sugeriu que, se o governo de Roraima receber indenização pela transferência à Eletrobras da companhia energética do estado, o dinheiro seja usado para sanear as contas da Companhia de Desenvolvimento de Roraima, a Codesaima. O senador explicou que a empresa tem o direito de exploração de 29 áreas de mineração, mas por ter dívidas, não poderá explorar a atividade caso projeto que regulamenta a exploração mineral em terras indígenas, em análise na Câmara, seja aprovado e sancionado.



Waldemir Borretto/Agência Senado

# Comissão vota MP dos agentes comunitários

Prevista para ontem, a reunião foi adiada a pedido do governo, que quis mais tempo para negociar recursos e tentar construir um texto de consenso com deputados e senadores

A COMISSÃO MISTA que analisa a medida provisória que trata da atuação de agentes comunitários de saúde e de agentes de combate a endemias vai votar hoje o relatório do senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB). A reunião está marcada para as 9h.

A apresentação do relatório sobre a MP 827/2018 estava marcada para ontem, mas foi adiada a pedido do Poder

Executivo. Integrantes da comissão estiveram pela manhã no Palácio do Planalto.

O ministro-chefe da Secretaria de Governo, Carlos Marun, pediu mais tempo para tentar construir um texto de consenso com senadores e deputados.

— Poderíamos até aprovar aqui na comissão, mas tínhamos dificuldade de aprovar nos Plenários da Câmara

e do Senado. Vamos dialogar com a área econômica para termos um texto que busca garantir uma normatização na questão da data-base e do reajuste para a categoria — explicou o deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE), presidente da comissão mista.

O Brasil tem mais de 300 mil agentes comunitários de saúde e 100 mil agentes de combates às endemias. De acordo

com a MP 827/2018, será obrigatória a presença de agentes comunitários de saúde na Estratégia Saúde da Família, programa de atenção básica do Sistema Único de Saúde (SUS), e de agentes de combate às endemias na estrutura de vigilância epidemiológica e ambiental.

A medida provisória estabelece jornada de trabalho de 40 horas. A cada dois anos os agentes de saúde frequentarão cursos de aperfeiçoamento, que serão organizados e financiados pela União, estados, Distrito Federal e municípios. Já o transporte dos agentes até os locais de atuação será financiado pelo ente ao qual o profissional estiver vinculado.

O governo afirma que a medida provisória é fruto de negociação com os agentes comunitários de saúde após os vetos presidenciais à Lei 13.595, de 2018, que alterou diversos pontos da legislação da categoria. Os vetos foram feitos, segundo o Executivo, para preservar a autonomia de estados e municípios sobre o trabalho dos agentes comunitários.



Senador Paulo Rocha participa de debate sobre a medida que trata dos agentes de saúde e de combate a endemias, que são cerca de 400 mil

## Rádio Senado disponibiliza livro sobre a Constituição em áudio

A Rádio Senado gravou em áudio o livro *Constituição em Miúdos*, publicação do Senado em parceria com a Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e com a Câmara Municipal de Pouso Alegre (MG). O texto traz

os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição em linguagem acessível.

Composto por 24 capítulos, o livro visa proporcionar aos jovens de 12 a 15 anos contato com temas

abordados na Constituição federal e a oportunidade de refletir sobre as garantias constitucionais e a sua realidade.

O audiolivro foi lançado na Feira Pan-Amazônica do Livro, realizada

no início do mês em Belém, e está disponível para reprodução e download no site da Rádio Senado.

[Constituição em Miúdos \(em mp3 e pdf\): http://bit.ly/ConstituicaoCrianças](http://bit.ly/ConstituicaoCrianças)

### José Medeiros critica multas ambientais para assentados

José Medeiros (Pode-MT) chamou a atenção para dificuldades dos assentados do Incra em Mato Grosso.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Segundo ele, o Ibama acusa os pequenos agricultores de desmatamento excessivo, cobrando altas multas. O senador pediu sensibilidade do governo diante da realidade do estado, onde a exigência de preservação de 80% das áreas é incompatível com a sobrevivência das famílias.

Ele também criticou a falta de continuidade das obras do VLT de Cuiabá, inicialmente prometido para a Copa de 2014.

### Amorim alerta para abandono na saúde pública em Sergipe

A situação de abandono na saúde pública de Sergipe foi denunciada por Eduardo Amorim (PSDB-SE), que relatou dificuldades enfrentadas por pacientes de hemodiálise e oncologia.



Waldemir Barreto/Agência Senado

O senador alertou para a necessidade de fiscalização sobre o destino que o governo estadual dará a R\$ 51 milhões que serão liberados pelo Ministério da Saúde para o setor. Ele manifestou preocupação de que o dinheiro, fruto de emenda da bancada sergipana, seja usado para pagar dívidas antigas, que já deveriam ter sido liquidadas.

### Paim pede diálogo da Prefeitura de Porto Alegre com servidores

Paulo Paim (PT-RS) pediu que a Prefeitura de Porto Alegre dialogue com os servidores da capital para evitar uma greve por causa de 16 projetos em análise na Câmara de Vereadores.

Segundo o senador, os projetos atacam direitos dos servidores, como a licença-prêmio e as datas de pagamento de salários e décimo terceiro. Uma das propostas, disse, chega a prever a concessão à iniciativa privada dos serviços de água e esgoto.

— Ninguém faz greve porque quer. Ela é o último estágio de um processo. É preciso ouvir, debater, dialogar para a construção de uma solução.

### Ana Amélia comemora redução de mortes nos 10 anos da Lei Seca

Ana Amélia (PP-RS) citou estudo da Escola Nacional de Seguros que indica que, após a entrada em



Waldemir Barreto/Agência Senado

vigor da Lei Seca, em 2008, 40 mil vidas foram poupadas pela proibição de dirigir após o consumo de bebida alcoólica. No Rio Grande do Sul, segundo ela, em 2008 houve 1,9 mil mortes. Já em 2017, foram 1,7 mil. O número, de acordo com a senadora, mostra que além de uma lei, é preciso a consciência de cada um em saber que ao dirigir embriagado ele está colocando em risco a vida de quem está na rodovia.

### Decreto sobre IPI de bebidas prejudica Zona Franca, diz Vanessa

O decreto presidencial que altera a tabela de incidência do IPI no setor de bebidas acaba com a segurança jurídica e fará com que empresas da Zona Franca de Manaus se mudem para outros estados, disse Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Para a senadora, isso ficou claro após audiência pública feita ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) que discutiu projetos destinados a suspender o decreto presidencial.

— Temos esperança de conseguir anular esse decreto que tanto mal causa ao Amazonas e aos trabalhadores, que serão os maiores atingidos, com a perda de seu emprego.

#### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

#### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

#### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Sílvio Burtle  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

# Bancada do Amazonas critica IPI de refrigerante

Senadores alegam que decisão do governo que alterou, em maio, a alíquota do imposto sobre concentrados para bebidas prejudica indústrias da Zona Franca de Manaus

OS SENADORES DO Amazonas criticaram o decreto editado pelo governo federal que alterou a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre extratos concentrados usados na produção de refrigerantes. O Decreto 9.394, de maio de 2018, foi tema de audiência, ontem, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Dois projetos de decreto legislativo (PDS 57/2018 e PDS 59/2018), apresentados por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Eduardo Braga (MDB-AM), que visam derrubar o decreto, estão na pauta da CCJ de hoje e foram debatidos ontem.

Os senadores alegaram que a decisão afeta em cheio a Zona Franca de Manaus, onde estão instaladas empresas do setor. Segundo eles, a Constituição impede que os contribuintes sejam surpreendidos com a cobrança imediata do aumento da carga tributária e, na prática, o texto do Executivo acaba com um incentivo fiscal garantido previamente. Os senadores também temem mudanças repentinas de tributação sobre outros setores como o de duas rodas e o de eletroeletrônicos.

— Quando o constituinte estabeleceu a Zona Franca,



Appio Tolentino, Fernando de Bairos, Iágaro Jung Martins, Edison Lobão, Ana Paula Bortoletto, Alexandre Jobim e Fernando Morais Pinheiro no debate

não o fez para beneficiar a Coca-Cola ou a Ambev. Fez para beneficiar brasileiros esquecidos e abandonados na Amazônia, a quem é proibido explorar as riquezas e recursos naturais. E, em contrapartida, constitucionalizou direitos ambientais severíssimos contra quem tenta desmatar a Amazônia — afirmou Braga.

## Produção

O senador lembrou que para se ter benefícios no Polo Industrial de Manaus é preciso obedecer a um processo produtivo básico rigoroso. No caso do concentrado, o incentivo só é válido para quem usa matéria-prima regional.

— Os refrigerantes Antarctica ou Kwat produzidos no Amazonas vêm do guaraná produ-

zido em diversos municípios, principalmente Maués. Temos 31 empresas de concentrados.

Vanessa citou outro impacto negativo do decreto presidencial, que é o aumento do custo do produto, com a consequente diminuição de vendas e de arrecadação de todos os estados.

— O governo não se sente livre ou no direito de perguntar se de fato essas companhias importadoras de combustível precisam de subsídio? Temos que fazer esse debate também. O alvo da vez foi a Zona Franca, único modelo legal de incentivos reconhecido no mundo inteiro. A Zona Franca propicia não só o desenvolvimento de uma região distante do país, mas a possibilidade da preservação ambiental da Floresta Amazônica — alegou.

Para Omar Aziz (PSD-AM), o governo não teve uma conduta correta com o povo amazonense. Ele questionou o fato de não aparecer nenhuma instituição ambiental brasileira ou internacional para defender a Zona Franca neste momento.

— A Receita Federal deu um duro golpe na gente, premeditado há muito tempo.

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) e Armando Monteiro (PTB-PE) observaram que o princípio da anterioridade, ou noventena, não foi respeitado, o que traz insegurança para o setor produtivo. Esse princípio constitucional veda a cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada a lei que os instituiu e antes de decorridos 90 dias da publicação.

— É evidente que, de forma transversal, estamos ampliando a carga tributária. Se vamos manter esse benefício ou não é outro debate — disse Ferraço.

## Saúde

Depois de ouvir na audiência pública a nutricionista Ana Paula Bortoletto, da Universidade de São Paulo (USP), Ronaldo Caiado (DEM-GO) analisou a questão sob o ponto de vista da saúde pública, por isso se mostrou contra incentivos a produtores de bebidas adoçadas, como refrigerantes.

— A política não pode ser numa via única, estimulando o consumo de refrigerante e levando o país à obesidade e ao diabetes.

## A polêmica

♦ A discussão sobre a tributação do setor é antiga e teve um novo capítulo em maio, quando o presidente Michel Temer editou o Decreto 9.394, reduzindo de 20% para 4% a alíquota de IPI incidente sobre o extrato concentrado para elaboração de refrigerantes.

♦ O problema é que os insumos (extratos concentrados) suportavam alíquota bem elevada (20%) em comparação ao produto final (4%), que é o refrigerante. Tal diferença gerava créditos na apuração do IPI pelas indústrias de refrigerantes.

♦ O governo alega tratar-se de uma anomalia o fato de a carga sobre os insumos ser maior do que a incidente sobre o produto final, sem falar no fato de que a renúncia gera artificialismo indesejado na economia.

♦ Os representantes dos fabricantes regionais de refrigerante acusam os grandes produtores de usarem as fábricas de concentrados no Amazonas para distribuir descontos na forma de compensação fiscal nas diversas filiais pelo Brasil.

♦ Os parlamentares do Amazonas, por sua vez, sustentam que a Constituição impede que os contribuintes sejam surpreendidos com a cobrança imediata do aumento da carga tributária. Além disso, assegura o tratamento diferenciado para a Zona Franca de Manaus (ZFM).

♦ Também alegam que a modificação das alíquotas acaba, na prática, com o incentivo fiscal garantido para a ZFM. Além disso, a modificação aumenta indireta e imediatamente a carga tributária das indústrias de refrigerantes, que terão reduzidos os créditos.

## Mudança vai equilibrar concorrência, defende governo

O subsecretário de Fiscalização da Receita Federal, Iágaro Jung Martins, afirmou que o governo quer corrigir distorções tributárias com o decreto que alterou a alíquota do IPI nos concentrados.

— Quem não consegue estruturar seus negócios para comprar na Zona Franca tem uma carga no refrigerante de 11,95%, contra 4,77% de quem adquire insumos na região. Com o decreto, a situação não é eliminada, mas é bem atenuada, de forma que quem adquire insumo na Amazônia tenha carga de 10%, ou seja, ainda inferior aos 11,95%.

O presidente da Associação dos Fabricantes de Refrigerantes do Brasil (Afrebras), Fernando de Bairos, alegou ser impossível, hoje, para pequenas empresas de fora de Manaus concorrerem com as grandes. Segundo ele, defensor do decreto, as fábricas de concentrados no Amazonas eram usadas pelos grandes produtores, como Coca-Cola e Ambev, para distribuir descontos na forma de compensação fiscal para suas filiais.

— Como pode uma trama tributária ser tão perversa?

Já o diretor-presidente da Associação Brasileira das

Indústrias de Refrigerantes (Abir), Alexandre Jobim, disse que o Brasil tem a maior carga tributária da América Latina.

— O setor de refrigerantes vem amargando queda de 7% ao ano. Estamos com capacidade ociosa de 35%.

Para o superintendente da Zona Franca de Manaus, Appio Tolentino, o problema é a ameaça à segurança jurídica causada por uma decisão repentina do governo.

Relator dos dois projetos de decreto legislativo, Roberto Rocha (PSDB-MA) apresentou voto pela derrubada do decreto do governo.

## Marta cobra avanços na liberação do aborto e no casamento LGBTI

O Brasil vive um retrocesso nos direitos da mulher, disse Marta Suplicy (MDB-SP).

A senadora citou a crescente liberação do aborto na legislação de outros países, destacando o exemplo da Argentina que, segundo ela, costumava ter um posicionamento mais conservador que o do Brasil.

Marta afirmou que o aborto é disseminado no Brasil, mas sua ilegalidade



prejudica principalmente mulheres jovens, negras e da periferia. A maioria delas morre no procedimento ou sofre sequelas graves.

— Mas é mais sério do que só direitos. É um problema de saúde.

Ela também criticou a falta de tramitação do projeto que regulamenta o casamento entre pessoas do mesmo sexo (PLS 612/2011).

## Fátima denuncia que aposentadoria de professores da UFRN corre risco

Fátima Bezerra (PT-RN) denunciou a situação de 593 professores aposentados da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), ameaçados de sofrer redução nos seus proventos. A Controladoria-Geral da União (CGU) notificou a UFRN para rever as aposentadorias ocorridas entre 1990 e 1997.

Segundo a senadora, a CGU questiona paga-



mentos feitos por 20 ou 25 anos a professores com 80 anos ou mais.

— Quero alertar que, se essa norma da CGU for aplicada, não vai afetar somente os aposentados da UFRN. Para se ter uma ideia da desumanidade, esses professores poderão ter reduzidos dos seus salários, cerca de um a dois terços. E outros aposentados podem sofrer com a repercussão.

## Ângela pede incorporação ágil de servidores de ex-territórios

Ângela Portela (PDT-RR) comemorou a sanção da lei que trata da incorporação, aos quadros da União,

deixar para depois da eleição? A senadora lamentou vetos que prejudicaram algumas categorias em Roraima, como servidores do Tribunal de Justiça, do Ministério Público, da Assembleia Legislativa e das câmaras de vereadores do estado.



neste ano. — A lei eleitoral é clara e, depois desse prazo, não é mais possível acontecer. Vai

# Aprovada indicação para diretoria da Ancine

A secretária-executiva do Ministério da Cultura, Mariana Ribas, será diretora da Agência Nacional do Cinema e prometeu defender a produção do Norte, Nordeste e Centro-Oeste

O PLENÁRIO APROVOU ontem a indicação de Mariana Ribas da Silva para o cargo de diretora da Agência Nacional do Cinema (Ancine). A relatora foi Marta Suplicy (MDB-SP).

A aprovação será comunicada à Presidência da República. Mariana assume a vaga decorrente do término do mandato de Roberto Gonçalves de Lima.

Humberto Costa (PT-PE) disse que o seu partido votaria contra a indicação. Ele responsabilizou o governo Michel pela “destruição de políticas culturais existentes no país e que tiveram força nos governos do PT”. O senador também apontou perdas no orçamento do Ministério da Cultura e da Ancine, e de perseguição a artistas e profissionais de cinema.



Mariana Ribas é sabatinada na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, acompanhada por Lúcia Vânia

Pela manhã, em sabatina na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), Mariana defendeu regulamentar a legislação segundo a qual o mínimo de 30% dos recursos

arrecadados pelo Condecine — contribuição cobrada sobre a exploração comercial de obras audiovisuais — devem ser destinados a produtoras brasileiras estabelecidas

no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste.

— A gente precisa garantir esses 30% para todas as linhas de ação e não só apenas como valor global. Eu me

comprometo a trabalhar por isso — afirmou.

Carioca, Mariana é graduada em comunicação social e pós-graduada em jornalismo cultural pela Universidade Estácio de Sá (RJ).

Atua no cenário cultural há 15 anos, tendo exercido, entre outras funções, a de diretora de Produção na Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, de março de 2003 a fevereiro de 2011.

Trabalhou também na distribuidora de filmes Riofilme. No Ministério da Cultura, Mariana ocupou o cargo de secretária de Audiovisual de dezembro de 2016 a julho de 2017 e atualmente exerce, pela segunda vez, o cargo de secretária-executiva da pasta. Sua indicação foi aprovada na CE logo após a sabatina.

## IBGE deve contar pessoas com nanismo, conclui debate

Participantes de uma audiência realizada ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH) defenderam que o IBGE inclua em suas estatísticas a contagem de pessoas com nanismo no Brasil. Segundo o diretor substituto de Políticas de Educação Especial do Ministério da Educação, José Rafael Miranda, o nanismo acomete no mundo mais de 250 mil pessoas, mas no Brasil não se sabe quantas pessoas têm a deficiência.

— É o momento em que a gente podia trabalhar junto ao IBGE para começar a identificar essas pessoas — disse.

A presidente da CDH, Regina Sousa (PT-PI) também cobrou do IBGE a contagem.

— Se o IBGE não vê é porque não quer ver. É o caso do pessoal de rua. A desculpa é que não conta porque não

tem endereço é uma desculpa idiota, é um absurdo.

O apoio institucional e de entidades privadas para viabilizar o lançamento da cartilha *Escola para Todos*, elaborada por pais de crianças com nanismo, também foi solicitado no debate. A publicação deverá servir para facilitar a inserção das crianças nas escolas e combater o preconceito. A expectativa é que seja lançada no dia 28 de outubro, quando se celebra o Dia Nacional do Nanismo.

Juliana Yamin, que tem filho com nanismo, criou há três anos o movimento Somos Todos Gigantes para reunir famílias com filhos com nanismo e lutar pela maior inserção na sociedade e contra o preconceito.

— Queríamos mostrar para o Brasil que nós somos uma família de pais de altura me-

diana e que tínhamos um filho com nanismo e isso é uma possibilidade para qualquer casal.

A representante do movimento Respeite o Nanismo, Vêlvit Ferreira Severo, contou que ao receber o diagnóstico médico do filho com nanismo descobriu que havia poucas informações sobre a deficiência.

— Pouco se sabe sobre o nanismo e o que mais preocupa é a situação das crianças em fase escolar.

Outra mãe, Flávia Berti Hoffmann, vê na cartilha um instrumento de aproximação, pelo qual as crianças poderão assimilar que as diferenças fazem parte da vida.

— A educação inclusiva precisa ser uma realidade.

Assessora de Romário (Pode-RJ), Loni Manica lembrou que o Dia Nacional do Nanismo foi criado por iniciativa do senador. Para ela, a efetivação desse dia está trazendo uma maior conscientização para o problema do nanismo.

— A gente começa a ver pessoas com nanismo no trabalho e os pais levando seus filhos para lugares públicos sem medo de ser feliz.



Paulo Paim (C) comanda debate na Comissão de Direitos Humanos

## Especialistas pedem investimento em inovação e autonomia do INPI

O Brasil tem cerca de 218 mil pedidos de registro de patentes em atraso, segundo o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). No país, cada processo pode demorar cerca de dez anos para ser liberado. Segundo o diretor-executivo do órgão, Mauro Sodré Maia, esse cenário é reflexo da falta de investimento no sistema de inovação. Maia participou ontem de audiência sobre propriedade industrial e desenvolvimento econômico na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

— Chegamos até aqui nesse cenário porque o Inpi nunca recebeu o devido olhar. O INPI com autonomia financeira é capaz de investir e ter uma estrutura melhor — afirmou.

Para Paulo Paim (PT-RS), os dados preocupam. Segundo o

senador, a demora no registro de patentes atrapalha o crescimento econômico e a geração de empregos. Paim é autor do PLS 316/2013, que fixa em 180 dias o prazo máximo para o exame de pedidos de marcas e patentes. O texto, já aprovado pelo Senado, está em análise na Câmara desde 2015.

— Quando me fizeram a denúncia de que eram dez anos para liberar uma patente, eu achei que era exagero. É real. É sinal de que não há preocupação dos governantes. E os investidores na fila, esperando para gerar empregos — disse.

O pesquisador em políticas públicas Antônio Márcio Buainain defendeu que projetos garantam autonomia financeira ao INPI. Para ele, a medida é essencial para melhorar o desempenho do instituto.



Regina (3ª à dir.) quer pessoas com nanismo nas estatísticas do IBGE

## Comissão avalia meta de ampliação de vagas na escola para crianças

A política pública do Poder Executivo a ser avaliada neste ano pela Comissão de Educação e Cultura (CE) será a meta do Plano Nacional de Educação (PNE) de ampliar as vagas nas escolas para crianças até 6 anos. A escolha da política foi aprovada ontem pelo colegiado.

Previsto pela Constituição, o PNE define as metas e estratégias para assegurar a manutenção e o desenvolvimento do ensino em todos os níveis.

Há quatro anos, a meta era de que, até 2016, todas as crianças de 4 a 6 anos teriam acesso à educação infantil. Até 2023, as vagas em creches para crianças até 3 anos seriam ampliadas em 50%.

A presidente da CE, senadora Lúcia Vânia (PSB-GO), lembrou que há dificuldades para o cumprimento das metas do PNE, como as restrições orçamentárias dos municípios.

Fátima Bezerra (PT-RN) ponderou

que há outras políticas públicas igualmente relevantes a serem esmiuçadas na Comissão de Educação, como as relativas ao ensino superior. Mas ela concordou com a prioridade à educação básica, dizendo que as despesas discricionárias de custeio e investimento do Ministério da Educação sofreram redução de 44% entre 2014 e 2018.

Na reunião de ontem, a comissão aprovou também dois requerimentos

para realização de audiências públicas. Uma delas debaterá o PLS 573/2015, que considera como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas com alimentação e uniformes escolares. A iniciativa foi de Fátima Bezerra. A outra audiência, requerida por Pedro Chaves (PRB-MS), pretende debater o PLS 74/2018, que altera regras de transferências de recursos educacionais da União para estados e municípios.